



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p75-84

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

“BRADO FORTE, MÁGICO E SAUDOSO, QUE VIBRA EM NOSSO CORAÇÃO GENTIL”: A SEMANA DA PÁTRIA E A EDUCAÇÃO EM IMPRESSOS PARAIBANOS (1937-1945)

**“STRONG SCREAM, MAGIC AND GREETED, WHICH VIBRATE IN OUR KIND HEART”:
THE HOMELAND WEEK AND THE EDUCATION FROM PRESS OF PARAÍBA (1937-1945)**

**“GRITO FUERTE, MÁGICO Y NOSTÁLGICO, QUE VIBRA EN NUESTRO CORAZÓN GENTIL”:
LA SEMANA DA PÁTRIA Y LA EDUCACIÓN EN IMPRESOS DE PARAÍBA (1937-1945)**

Vânia Cristina da Silva¹

RESUMO

O presente texto tem como escopo apresentar o papel dos impressos paraibanos na divulgação das festividades da Semana da Pátria e a relação desta comemoração com a formação educacional dos jovens estudantes, no Estado da Paraíba, durante o Estado Novo (1937-1945). As fontes utilizadas foram o jornal *A União* e *A Imprensa*, além da *Revista do Ensino*. Dentre esses periódicos, o jornal *A União* tinha, dentre suas funções primordiais, em se tratando de um jornal oficial, a propaganda do governo Vargas. *A Impren-*

sa, por ser um periódico ligado à Igreja Católica, não focava somente nessa questão, mas também eram reservados espaços para a divulgação dos atos do governo. Já a *Revista do Ensino* tinha um caráter mais técnico, era distribuída nas escolas com o intuito de orientar as questões educacionais da época, mas não se isentava da divulgação, por exemplo, de atos festivos recorrentes neste período. O diálogo com autores como DaMatta (1997); Horta (1994) e Capelato (1998) deram luz à construção do texto. O que

foi possível perceber com este estudo é que os três impressos citados tinham como foco a divulgação e a orientação para uma educação nacionalista, que fosse capaz de despertar o espírito de brasilidade entre os jovens estudantes. Expressavam, também, a concepção da História predominante no período, que tinha por base o culto dos grandes vultos representativos do Brasil, e uma das formas mais viáveis para

alcançar esse objetivo eram as grandes festividades empreendidas em comemoração à Semana da Pátria, que foi analisada neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Impressos. Festividades. Semana da Pátria. Educação. Estado Novo.

ABSTRACT

This paper presents the function of the press of Paraíba in the diffusion of the festivities of Homeland Week and the relations of this celebration with the education of the young students, in the State of Paraíba, during the New State (1937-1945). The historical sources used in this work are the newspapers *A União* and *A Imprensa*, in addition with the magazine *Revista do Ensino*. The journal *A União*, being an official newspaper, had as one of its primordial functions the diffusion of which the Getúlio Vargas administration was doing. *A Imprensa* was a journal linked to the Catholic Church. In this way, it did not focus this question, but it had some sections reserved to the diffusion of the government actions. The magazine *Revista do Ensino* did a more technical approach. It was distributed to the schools to guide the educational questions, but

it was not free of the diffusion of the celebration act which happened in this time. We used the references of DaMatta (1997); Horta (1994) and Capelato (1998), which helps in the construction of the paper. We could observe how those three printed materials had the objective to diffuse and guide the teachers and students to a nationalistic education, which could awake the feeling of belonging inside the young students. They also shows the predominant historical conception, which had been made to the devotion of the bigger personalities of Brazilian history, and the best way to grow this objective was the celebrations of the Homeland Week.

KEYWORDS

Press. Festivities. Homeland Week. Education. New State.

RESUMEN

El presente texto tiene como propósito presentar el papel de los impresos de Paraíba en la divulgación de las festividades de la *Semana da Pátria* y la relación de esta conmemoración con la formación educacional de los jóvenes estudiantes, en el Estado de la Paraíba, durante el *Estado Novo* (1937-1945). Las fuentes utilizadas fueron los periódicos *A União* y *A Imprensa*, además de la *Revista do Ensino*. De esos periódicos, el *A União* poseía como una de sus funciones primor-

diales, en tratándose de un diario oficial, la propaganda del gobierno Vargas. *A Imprensa*, por ser vinculado a la Iglesia Católica, no enfocaba solamente esa temática, sino reservaba espacio para la divulgación de los actos de gobierno. Por su parte, la *Revista do Ensino* asumía un carácter más técnico, era distribuida en las escuelas con el intuito de orientar las cuestiones educacionales de la época, pero no se eximía de la divulgación, por ejemplo, de actos festivos recurrentes

en este período. El diálogo con autores como DaMatta (1997), Horta (1994) y Capelato (1998) dieron luz a la construcción del texto. Lo que se ha podido percibir con este estudio es que los tres impresos citados tenían como foco la divulgación y la orientación para una educación nacionalista, que fuera capaz de despertar el espíritu de “brasilidad” entre los jóvenes estudiantes. Expresaban, aún, la concepción de la Historia predominante en el período, cuya base era el culto a grandes personalidades representativas de

Brasil, y una de las maneras más viables para alcanzar ese objetivo era la realización de grandes festividades alusivas a la conmemoración de la *Semana da Pátria*, que fue analizada en este artículo.

PALABRAS CLAVE

Impresos. Festividades. Semana da Pátria. Educación. *Estado Novo*.

1 INTRODUÇÃO

7 DE SETEMBRO
(Antônio Faria)

No tôpo da colina sobranceira,
Onde ora se ergue altivo monumento,
Desvendou-se, num rápido momento,
O destino da Terra Brasileira.

De Dom Pedro ante a voz alviçareira,
A par de um gesto súbito e violento,
Mudou-se o fado tétrico e cruento
Da Terra, hoje entre tôdas a primeira.

Saudemos, neste dia esplendoroso,
O brado forte, mágico e saudoso,
Que vibra em nosso coração gentil.
E invoquemos a imagem consagrada
Do grande vulto varonil de Andrada,
O herói da Independência.

O soneto acima, de autoria de Antônio Faria, faz parte de uma publicação de 1943, intitulada *Palestras Cívicas*, elaborada por Helena Lopes Abranches, livro que reúne uma série de sonetos e de poesias que eram utilizados nas ocasiões de festividades cívicas em comemoração à Semana da Pátria.

Trata-se de um poema que eleva a imagem, segundo a historiografia oficial da época, de um dos grandes vultos da história: D. Pedro, que se tornou um “herói” brasileiro, um “herói” da independência, exaltado pelo seu ato às margens do Rio Ipiranga. Diante disso, fica evidente que o importante era exaltar e respeitar os vultos da história, por isso, era comum que pala-

bras de empenho e energia, inteligência e perspicácia fossem atribuídas à figura do “salvador da pátria”.

Esse tipo de publicação era comum, assim como, já fazia parte do cotidiano da época que, não apenas os livros, mas as páginas jornalísticas dessem grande destaque às questões voltadas ao sentimento de nacionalismo que era considerado tão importante ao governo da época, como era o caso dos jornais *A União* e *A Imprensa*, bem como a *Revista do Ensino*.

Assim, as muitas páginas jornalísticas que hoje servem como fontes de pesquisa para estudos no campo da História da Educação eram, naquele período, veículos de propagação de discursos enaltecedores como esse, apresentado no soneto de Antônio Faria. Era, também, por meio dos jornais e revistas impresos que se divulgavam as festividades programadas e os detalhes da relação dessas comemorações com a educação, afinal, quem movimentava as festividades cívicas naquele momento eram os jovens estudantes, organizados por seus professores.

Essas páginas chegavam às mãos de uma parcela do povo paraibano e transmitiam, por meio de suas colunas noticiosas, criteriosamente, o mérito dos desfiles cívicos que tomavam corpo nas ruas da capital. É notória a participação da imprensa na construção de um “[...] passado social formalizado almejado pelo Estado”, visto que ela forneceu “[...] elementos retóricos que fortaleciam fundamentos cívicos doutrinários que pretendiam revestir os desfiles como manifestações autênticas de patriotismo” (BENCOSTTA, 2006, p. 311).

Diante do exposto, está feito o convite ao leitor para, embalado pelo ritmo festivo, conhecer aspectos relacionados à importância dos impressos na construção de um ideal nacionalista para a época e, também, as festividades da Semana da Pátria e a relação desta comemoração com a educação dos jovens estudantes, no Estado da Paraíba, durante o Estado Novo.

2 “OUVIRAM DO IPIRANGA AS MARGENS PLÁCIDAS”: IMPRESSOS PARAIBANOS NOTICIAM A FESTA DA PÁTRIA

Celebremos dentro de breves dias com pompas excepcionais e festas magníficas mais um aniversário da nossa emancipação política. Então 116 anos serão contados que:

Ouviram do Ipiranga às margens placidas
De um povo heroico o brado retumbante
E o sol da liberdade em raios fulgidos
Brilhou no céu da Pátria nesse instante
(A IMPRENSA, 15 set. 1938) ².

As páginas do jornal *A Imprensa*, como se pode notar no trecho acima, demonstram o empenho, de forma inclusive excedida, dos impressos da época em divulgarem e fazerem valer os ideais de um período com nacionalismo exacerbado. Capelato (1998, p.221) assevera que “[...] o apelo ao sentimento visava despertar os valores de fraternidade e união, ajudando a construir a ideia de harmonia na comunidade, neutralizadora das divisões e dos conflitos”. Em seu conjunto, essas manifestações tinham a pretensão de mobilizar a população, principalmente os estudantes, na busca por reinterpretar e reinventar episódios históricos.

Hobsbawm (1997, p. 19), ao comentar sobre um discurso realizado por um oficial do governo indiano, em 1973, ressalta que: “A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania”. Por isso, “[...] eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em

si, já se revelam o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação”.

Existem diversos caminhos que possibilitam os estudos no campo da História da Educação. Para este trabalho, foi encontrada em jornais e revistas da época uma forma de compreender esse tipo de evento. A imprensa permite, entre muitas outras coisas, a compreensão dos eventos que se colocavam na sociedade por meio da educação, uma vez que, “Imprensa e educação são elos que se estruturam pela pesquisa, mas que se constroem historicamente, posto que suas relações são intrínsecas” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 6). Assim:

[...] a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social. (CARVALHO *et al.*, 2002, p. 72).

Nesta perspectiva, “[...] a utilização da imprensa pedagógica ou não, como fonte de pesquisa, torna-se referência, contribuindo para novas interpretações sobre o pensamento educacional”, uma vez que “[...] a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas” (ZANLORENZI, 2010, p. 65).

Para a elaboração deste texto, uma das principais fontes foi o jornal *A União*, órgão vinculado ao estado, fundado em 2 de fevereiro de 1893, criado durante o governo de Álvaro Lopes Machado e considerado o terceiro jornal mais antigo ainda em circulação no Brasil. Esse periódico se tornou oficial e acabou assumindo a função de porta-voz dos fatos políticos e administrativos. *A União*, além de veículo de informação, era um formador de opinião e deve ser considerado como testemunha ocular da história paraibana, pois guarda em suas páginas os mais diversos momentos da vida desse Estado. Funcionou, em sua edição inicial, na Rua da Cadeia, atual Visconde

² Discurso pronunciado no dia 3 de setembro de 1938, pelo Dr. Bandeira Lins, professor de Matemática do Instituto de Educação, durante as comemorações da Semana da Pátria.

de Pelotas. Surgiu da fusão de dois partidos políticos, unidos com a vitória do movimento republicano. Como seu fundador era republicano, *A União* ficou sendo jornal oficial. Os exemplares deste impresso se encontram no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba da Fundação Espaço Cultural (FUNESC).

Por meio de suas próprias páginas, este veículo salientava sua importância e seu papel ao lado do governo, como é possível observar no documento a seguir:

Orientando o pensamento e inflamando o coração das multidões, o jornalista é o parente próximo do homem de Estado – na coragem do sacrifício, no devotamento ao bem público e ainda na subordinação ao ritmo social do destino de ambos [...]. O país encontrou na imprensa o eco poderoso da sua própria voz e nela o governo teve a mais lucida colaboração. (A UNIÃO, p. 2, 14 jul. 1938).

Como já salientado anteriormente, era por meio da imprensa que os detalhes das comemorações eram apresentados, lembrando que havia forte interesse em fazer com que as festas fossem descritas com demasiado sucesso, pois como é possível apreender do trecho destacado, os meios de comunicação tinham o papel de inflamar o coração das multidões, tinham o poder de inculcar ideias e construir opiniões.

O “jornalista” era o parente próximo do Estado, ou seja, o próprio jornal *A União* admitiu que o “jornalista”, ou, em outras palavras, que o jornalismo estava subordinado ao poder público, ao governo e às suas vontades e decisões, afinal de contas, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) existia justamente para isso, para vetar o papel de livre arbítrio da imprensa, fazendo com que esta fosse submissa e leal aos interesses do Estado. Não era apenas a imprensa que passava pelo crivo desse Departamento, seu papel era controlar todos os meios de comunicação e isso incluía todos os tipos de publicação, inclusive livros.

Os discursos de Vargas proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda. Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro

no DIP. Aqueles que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As publicações inconvenientes foram suprimidas. (CAPELATO, 1998, p. 70).

Foram consultados, também, alguns números da *Revista do Ensino*, criada pelo Decreto nº 287, em 8 de junho de 1932, por iniciativa da Diretoria do Ensino Primário do Estado, na gestão do interventor Gratuliano da Costa Brito. Assim que foi criada, ficou a cargo do diretor de ensino José Baptista de Mello, tinha publicação trimestral e era destinada a “[...] orientar os professores do Estado em tudo que se refere aos diversos problemas educacionais da Paraíba”. Como publicação tipicamente educativa a *Revista do Ensino* tem uma ampla finalidade (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 3-4). Exemplares deste impresso se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Por fim, menciona-se mais um impresso, o jornal *Imprensa*, vinculado à Igreja Católica. Fundado no dia 27 de maio de 1897, pelo primeiro bispo e arcebispo da Arquidiocese da Paraíba (1894-1935), Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. “O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos – era um meio de comunicação com a sociedade. Surgiu em um período de grande transformação na estrutura social brasileira” (VELOSO, 2003, p. 5). Esse material pode ser consultado no Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba.

Por meio de uma análise árdua e minuciosa das folhas amarelas e empoeiradas desses impressos, foi possível compreender a importância dos mesmos tanto na divulgação das festas referentes à Semana da Pátria bem como os reflexos desta comemoração na educação paraibana. É sobre esta questão que discorre o próximo tópico.

3 “JUVENTUDE DAS ESCOLAS! ESTRÊLA DA MANHÃ”: A FESTA DA PÁTRIA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NA PARAÍBA

Juventude das escolas! Estrêla da manhã. Aurora, sol nascente sobre os horizontes da Patria, estas palavras,

que vou proferir, dirigem-se ao vosso coração. Certamente, hoje melhor de que ontem, começais a compreender o Brasil. Já sentis que a Terra do Cruzeiro não é mais o campo indeciso de todas as experiências aleatórias ou temerárias. A providência, que véla sempre, nos concedeu o golpe de 10 de Novembro e a poderosa alavanca de contenção da esboroada. E assim podeis hoje, juventude das escolas, dizer comigo, dizer com milhares e milhares de jovens estudantes de todo o Brasil, dizer com todo o povo brasileiro: - Salve mil vezes, salve, á Pátria redimida pela genial inspiração de Getúlio Vargas!... Salve ó Brasil!... (MIRANDA, 1938, p. 3).

As comemorações pela Semana da Pátria, neste período, não mobilizavam apenas os alunos e seus familiares, mas também grande parte da população estava envolvida nesses eventos. Por meio dos escolares, procurava-se criar um sentimento nacional e a ideia de um Brasil como pátria de todos. Assim, a escola se tornou essencial para o sucesso dessa empreitada e, nas festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados, a juventude era o foco principal das autoridades locais. Isso se confirma nas palavras do Inspetor Geral do Ministério do Trabalho da Paraíba, Dr. Dustan Miranda, descritas no trecho que abre este tópico.

Esses rituais festivos eram cuidadosamente planejados pelas autoridades e pelos educadores. Na verdade, os professores recebiam antecipadamente as normas a serem seguidas e, de forma detalhada, eram instruídos a organizarem a programação a ser colocada em prática nos dias de solenidades. A eles ficava a incumbência de efetivar essas práticas e as suas finalidades, ou seja, tinham a tarefa de preparar os estudantes de acordo com os ideais que lhes eram passados, para desempenhar a sublime missão do seu trabalho.

Sobre essa questão, DaMatta (1997, p.56) menciona que:

[...] a organização do ritual cabe aos poderes constituídos, sendo sua legitimação obtida por meio de instrumentos legais, os decretos. Esses ritos são organizados por grupos que controlam os meios de comunicação e de repressão, tendo assim, não o patrocínio de um grupo social, um clube ou organização voluntária, mas de uma corporação perpétua, representativa do poder nacional.

Como já mencionado, dias antes das festividades, o Departamento de Educação se responsabilizava por enviar as circulares com os detalhes que deveriam ser executados. Já no primeiro dia de setembro, esses documentos eram enviados para que os alunos seguissem, a semana inteira, conduzidos pelo espírito de amor à pátria e, no dia da independência, as solenidades fossem executadas com toda a vivacidade:

Departamento de Educação - (Nota oficial) - CIRCULAR - Sr. Professor: - Aproxima-se a data memorável de nossa Independência Política e estando empenhados os poderes públicos em celebrar condignamente a Semana da Pátria, determina esta Directoria que em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, sejam levados a efeito, do dia 1.º ao dia 6 de setembro próximo, palestras nas aulas em torno do nacionalismo e do espírito de brasilidade, escolhendo-se de preferência os episódios da história pátria e apreciações sobre os vultos representativos do Brasil. No início e término da palestra deverão ser entoados os hinos da Independência, Nacional e da bandeira.

Mons. Pedro Anísio Bezerra Dantas,
Diretor do Departamento.

(REVISTA DO ENSINO, 1937, p.117).

Apesar de idealizar as comemorações que se aproximavam, o documento citado reflete as principais ideias da educação por meio de aulas que enfatizassem temáticas voltadas ao nacionalismo. Expressa, também, a concepção da História predominante no período, que tinha por base o culto dos grandes vultos representativos do Brasil. Como é possível notar, o insaciável desejo de provocar nos alunos esse aguçado sentimento nacionalista se iniciava no interior das escolas, onde eram (e são!) produzidos os modos de pensar que proporcionam modos de agir de todos os sujeitos envolvidos nessas práticas.

A orientação era de que, dias antes da data comemorativa, as aulas fossem direcionadas para assuntos que tocassem os alunos em seu sentimento mais profundo, pois sabe-se que as festas eram uma forma de exibir esse nacionalismo exacerbado. Mas não se pode esquecer o importante papel dessas palestras e das aulas para a formação ideológica desses estudantes, porque era dentro da sala de aula, em suas prá-

ticas pedagógicas, que o professor buscava inculcar em cada um desses jovens esse sentimento de amor e de respeito à Pátria que seria externado durante os desfiles cívicos escolares.

No intuito de criar nos alunos e, por meio deles, na comunidade, esse sentimento de amor e de gratidão, era importante contar com mecanismos que fossem capazes de dar conta dessa proposta. Assim, a escola passou a ser fundamental à formação da identidade nacional, que passou a se destacar no âmbito das discussões mais amplas sobre a educação, cuja principal missão passou a ser difundir uma história nacional assentada na moral e nos “bons” costumes patrióticos e nacionalistas.

A intenção era de que os alunos empregassem os saberes históricos elaborados cotidianamente na sala de aula para promoverem a unidade nacional tão esperada pelo regime estadonovista. Pensando nisso, o Colégio Anchieta, “[...] dirigido pela professora Hercília Fabricio, associando-se às manifestações da Semana da Pátria, já vinha fazendo preleções diárias nas classes” (A UNIÃO, p. 1, 4 set. 1938).

Como é possível perceber, havia um intenso trabalho em busca da formação desses alunos, no sentido de fixar uma História adequada aos interesses do regime. Isso mesmo, adequada, pois:

O bom mestre ha de sentir prazer, quando os discen-tes lhe solicitarem minuciosas informações acerca de alguns trechos da lição, pois, demonstrando interesse pela disciplina, querem ficar aptos a formular apreciações sobre a sua utilidade; entretanto sendo excessiva a cifra dos alunos, não lhe será licito conhecel-os sinão ao de leve. E o ensino ministrado a um numero reduzido de infantes ou de adolescentes, torna-se mais proficuo e estabelece uma certa intimidade entre o mestre e o aluno, que pode ser habilmente utilizada em prol da brasilidade. (A IMPRENSA, p.1, 3 mar. 1937).

Nesse sentido, “[...] o ensino de História, visto por muitos como esclarecedor de preceitos como cidadania e democracia, é extremamente visado e alvo direto em regimes autoritários”. Nesses períodos, “[...] seus dispositivos didáticos guardam a retórica do momento político-cultural e exprimem as ‘verdades’ do país, através das correntes de pensamentos predominantes

desenhando uma sociedade harmônica e sem conflitos” (VAZ, 2006, p. 135).

É possível notar que, nesse período, havia uma preocupação com o ensino voltado à formação da alma nacionalista, à constituição moral dos jovens. Para esse desenvolvimento moral e adequado aos ideais do governo de Vargas, “[...] o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade” eram essenciais (HORTA, 1994, p. 180). Tratava-se de responsabilidade mesmo. Era mais que um compromisso e, às crianças, restava se “[...] devotarem ao culto da Patria, como um dos mais sagrados deveres” (A IMPRENSA, 9 set. 1938). “Toda obra escolar deve responder por uma única finalidade ou interpretar um sentido único – o nacional – isto é, a orientação eminentemente brasileira, que comprometa a energia de todos” (A UNIÃO, p.1, 4 jun. 1938).

Nota-se, observando parte do programa publicado no dia quatro de setembro sobre as festividades de 1938, como eram extensos os dias de festas na capital:

- 1- Abertura da sessão pelo aluno José Nilsan Falcão.
- 2- Conferencia sobre a data, pelo aluno Heronides Moura.
- 3- Hino da Independencia, pelo sexteto.
- 4- Discurso do aluno Jessé Falcão, orador do “Esporte-Clube Aprendizes Artifices”.
- 5- Marcha – 13 de Agosto- pelo sexteto [...]
- 8- Dialogo de E. Vanderlei, - Tudo pelo Brasil, - pelos alunos da classe – C – Otoniel Vieira e Eliezer do Nascimento [...]
- 14- Monólogo de E. Vanderlei – Pintacuda, - pelo aluno do segundo ano, Valdo Rodrigues [...]
- 16- Poesias declamadas pelos alunos do terceiro ano – Antonio de França, Augusto Demésio, Antonio Pessôa, Eduardo do Nascimento e pelo aluno do quarto ano, João de Luna.
- 17- Hino Nacional, – pelo sexteto (A UNIÃO, 04 set. 1938)³.

A programação destacada aponta o que foi sugerido anteriormente no que se refere à disciplina exigida para executar essas apresentações cívicas. O

³ Por ser muito extenso, foram destacadas apenas algumas partes do programa.

programa contava com um significativo número de poesias que deveriam ser declamadas pelo aluno, e a execução desse tipo de atividade demandava muitos dias para ensaiar os alunos e deixá-los preparados para o momento do evento.

Não se pode esquecer, também, de que, no governo de Vargas, houve uma preocupação constante com a educação dos corpos, a fim de arregimentar a mocidade estudantina, ou seja, não bastava o despertar do sentimento nacionalista, era importante, também, despertar nesses jovens o interesse pela carreira militar⁴, pois, naquele momento, a ideia era de que “A Nação precisava defender-se apenas se fosse atacada; mas ela só estaria em segurança se estivesse permanentemente preparada, de forma a desencorajar qualquer ataque” (HORTA, 1994, p. 30).

Essa preocupação levou, em nível local, o interventor Argemiro de Figueiredo a regulamentar a Educação Física nas escolas por meio do Decreto de nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, visando à organização escolar do Estado. Além da Educação Física, tornaram-se obrigatórias a Educação Cívica e a Educação Moral e Artística. Abaixo, é destacada uma parte do decreto publicado na Revista do Ensino:

Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, completando a lei n.º 16, de 13 de dezembro de 1935, e com o fim de arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acordo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro, toma as seguintes resoluções, quanto ao regime escolar do Estado: DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Art. 1.º- Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado [...]. DA EDUCAÇÃO CIVICA – Art. 4.º - O culto à bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular. Art. 5.º - Haverá diariamente, antes do início do expediente escolar, o hasteamento da bandeira, no pátio interno das escolas. Art. 6.º - As datas nacionais e do Estado serão comemoradas festivamente, cumprindo aos professores nesses dias, fazer preleções alusivas ao fato que se comemora e ainda promover paradas escolares, as quais terão, obrigatoriamente, o comparecimento

⁴ Sobre essa questão, conferir o Decreto-lei nº 4.642, de 2 de setembro de 1942, em que foram dadas as bases da organização da instrução pré-militar (BRASIL, 1943).

dos docentes, funcionarios e alunos [...] DA EDUCAÇÃO MORAL- Art. 9º- Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1º- a preventiva; 2º- a reformativa (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.12/13).

Ao instituir a obrigatoriedade da Educação Física, observa-se que as autoridades do governo estavam preocupadas, de fato, com a educação dos corpos, que deveriam se mostrar esguios e saudáveis. Corpos educados que fossem capazes de lutar e competir em defesa da nação, até porque um corpo bem cuidado significava, também, beleza, e mais importante ainda, o desenvolvimento das qualidades intelectuais do jovem, uma ação disciplinadora para o combate à preguiça e ao ócio.

Nas páginas dos jornais da época, apresentavam-se notícias sobre as virtudes da Educação Física, como demonstra a seguinte matéria:

EDUCAÇÃO FÍSICA

O grau elevado de desenvolvimento físico é o trabalho natural e resultante, dado ao organismo em todo e qualquer ramo da Educação Física. O movimento é o gesto mais pronunciado de um recém-nascido, o instinto de mover-se é o desejo do corpo, primeiramente arrastando-se, depois trepando, logo após andando, a seguir correndo, por último saltando [...]. Na Grécia, a nenhum indivíduo era dado o direito de deixar de freqüentar as instituições educacionais, do corpo e do espírito. E estas instituições educacionais, que a todos os bons cidadãos se impunham, como um dever para com eles e para com a pátria, era a Educação Física espontânea que todos tinham a necessidade de praticá-la, com o fim unicamente de assegurar o seu desenvolvimento, o equilíbrio de suas funções orgânicas, para aumentar a sua energia. (A UNIÃO, 7 maio 1938, p.1).

o Sargento Clodoaldo Passos Filho, professor de Educação Física do Colégio Carneiro Leão, rebuscando as atividades físicas desenvolvidas na Grécia antiga, ressaltou a importância da prática de exercícios no cotidiano de um indivíduo. Essa preocupação com a educação dos corpos pode ser evidenciada, também, nas notícias sobre os programas levados a efeito durante as festas, pois, além dos desfiles, constava sempre na programação alguma atividade esportiva realizada pelos alunos.

Assim mostra o jornal *A Imprensa*, ao noticiar as festividades em comemoração ao Dia da Pátria, realizada no Colégio Anchieta, no ano de 1938:

O Colegio “Anchieta”, dirigido pela professora Hercília Fabricio comemorou condignamente o “Dia da Pátria”. Durante todo o dia realizaram-se interessantes festividades, nelas tomando parte alunos internos e externos. A tarde, teve lugar animada partida de “volley ball” entre os combinados masculinos e feminino, saindo vitorioso o ultimo. (A IMPRENSA, 9 set. 1938).

A prática do esporte, tendo em vista educar os corpos dos jovens estudantes, tornou-se hábito em comemorações cívicas. Como já foi demonstrado, nos programas festivos, era comum incluir jogos, corridas e outras atividades que desenvolvessem a saúde do corpo, a intelectualidade desses alunos, bem como a disposição e a força para protegerem a Nação de seus inimigos. “Do esforço eugenizante estadonovista decorre o papel atribuído e desempenhado pela educação física. Era urgente, aos olhos dos dirigentes nacionais, atributos, que dariam garantia de perfectibilidade à raça nacional” (PEREIRA, 1999, p. 20).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, a partir da análise desses impressos, é que os mesmos tinham como foco a divulgação e a orientação para uma educação nacionalista. Sendo assim, as comemorações, como as da Semana da Pátria, tratada aqui no texto, se faziam essenciais, uma vez que elas acabaram constituindo uma forma de se propagarem as referências nacionais, isso não apenas para os alunos e os educadores, mas, também, para a sociedade de uma maneira geral.

Os estabelecimentos de ensino eram a grande atração das comemorações, sempre encarregados de organizar os eventos. Aos professores não restavam muitas alternativas, era responsabilidade deles, juntamente com os diretores de cada instituição, a organização das festas. Eles também eram obrigados, como bem evidencia o documento disposto, a orientarem

seus alunos para o culto à Pátria e aos vultos da História do Brasil, dentre eles, o próprio Getúlio Vargas.

Diante do exposto, é perceptível que as festas em comemoração à Semana da Pátria apareciam como procedimentos educativos eficazes, pois era a partir dessas comemorações e dos jovens estudantes que as autoridades disseminavam o sentimento nacionalista de respeito e de amor à Nação entre a comunidade. Porém, vale mencionar que nem sempre eles conseguiam atingir a todos, mas, certamente, grande parte da população deixava-se imbuir por esse caloroso fervor patriótico.

Portanto, a ênfase naquele período era de que a pátria precisava ser amada, era importante que o povo brasileiro, que “*dormia eternamente em berço esplêndido*”, despertasse e manifestasse sua alegria e entusiasmo pelo pertencimento a esta nação. E um dos mecanismos adotados pelo poder instituído foi a adoção de grandes comemorações que elevavam a imagem dos heróis e de seus feitos e o sucesso dessas festividades estava diretamente ligado à presença dos jovens estudantes, que constituíam o corpo dos grandiosos desfiles.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Helena Lopes. **Palestras cívicas**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1943.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). VIDAL, Diana Gonçalves (org.). In: **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo**. Campinas-SP: Papiros, 1998.

CARVALHO; C.H; ARAÚJO; J.C; NETO, W.G. Discutindo a história da educação; a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In:

Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.

/ José Carlos Araújo e Décio Gatti Júnior (org.).
Campinas- SP: Autores Associados, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das tradições.** Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia:** a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MIRANDA, Dustan. A juventude brasileira. **Jornal A União**, 15 set. 1938.

PEREIRA, Júnia Sales. **A escultura da raça.** Juventude e eugenia no Estado Novo. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1999.

SCHELBAUER, A. L. Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal A Província de São Paulo (1875-1889). In: **História da educação pela imprensa/** Analete Regina Schelbauer, José Carlos Souza Araújo (org.). Campinas-SP: Editora Alínea, 2007.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa:** poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

VELOSO, Ricardo Grisi. **História de A Imprensa.** Caminhando Juntos. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 60-71, dez.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Recebido em: 30 de Novembro de 2018

Avaliado em: 19 de Dezembro de 2018

Aceito em: 19 de Dezembro de 2018

1 Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa: Ensino de História e saberes históricos e área de concentração em História e Cultura Histórica. Atualmente é doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História e área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades, onde desenvolve pesquisa sobre o Ensino de História na Educação Escolar Indígena em território Potiguara. E-mail: vaniac_historia@hotmail.com